



COELHO, Maria Thereza; SAMPAIO, Liliana Lopes (Orgs.).  
**Transexualidades: um olhar multidisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2014.

Dafne Almeida Campos

### Transexualidades em Foco

Esta coletânea, organizada por Maria Thereza Coelho e Liliana Lopes, é composta por dezenove artigos escritos por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que abordam uma determinada temática relacionada à transexualidade. Já na apresentação, as autoras deixam claro que os autores possuem formações acadêmicas e profissionais distintas e variadas, em Psicologia, Medicina, Direito, Enfermagem, Ciências Sociais, Comunicação e Serviço Social.

De acordo com as organizadoras, os capítulos são arranjados em três temáticas principais: a apresentação de conceitos de transexualidade e outros conceitos, além da relação, isto é, da aproximação e das fronteiras entre transexualidades, travestilidades e intersexualidades; discussões sobre o direito e assistência à saúde das pessoas transexuais em seus aspectos legais, estratégicos e clínicos; e, por fim, uma discussão sobre os movimentos sociais partindo de uma perspectiva histórica, dialogando com o movimento social na Espanha.

O primeiro capítulo, de Maria Thereza Coelho e Liliana Lopes, nos traz uma definição preliminar do que é transexualidade. De acordo com manuais médicos e psiquiátricos – como o Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID) –, uma

pessoa é considerada transexual quando demonstra o anseio de viver e ser reconhecida como uma pessoa do gênero oposto. Esse indivíduo apresenta ainda um sentimento de desconforto e não-adaptação em relação à própria genitália, sentimento, este, que Paulo Ceccarelli descreve perfeitamente como “Inquilino no próprio corpo”, quando a sensação de não identificação e não pertencimento pode ser tão insuportável a ponto de levar o sujeito à automutilação e até ao suicídio.

Esse sentimento conduz a pessoa transexual a um desejo de se submeter a cirurgias e outras modificações corporais para adaptar o corpo à aparência que se espera do gênero com o qual se identifica. Para tanto, essas pessoas precisam recorrer a um serviço de saúde, seja público ou particular, em que profissionais da área (dentre médicos, psicólogos e psiquiatras) é que avaliarão cada indivíduo e decidirão se ele está ou não apto a realizar a cirurgia, submetendo a autonomia da pessoa transexual à decisão alheia.

Diversos grupos e instituições apoiam e lutam pela despatologização da transexualidade, como é o caso do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que declarou apoio à campanha internacional *Stop Trans Pathologization*. Apesar disso, algumas pessoas transexuais ligadas a esse movimento temem, com a despatologização, a perda do apoio do Estado para o custeio das cirurgias de modificação corporal e demais

tratamentos de saúde. Ora, sendo a transexualidade considerada um transtorno ou uma patologia, entende-se que precisa de um tratamento que, neste caso, corresponde à cirurgia de transgenitalização e ao tratamento hormonal. Se ela deixar de ser doença, o Estado pode desobrigar-se de custear o tratamento de pessoas transexuais, deixando-as desamparadas.

As autoras destacam, também, que essas pessoas procuram conseguir tais mudanças o mais rápido possível, pois experimentam um grande sofrimento, especialmente, durante a adolescência, devido às alterações corporais provenientes da puberdade. Adolescentes transexuais vivenciam diversas situações de conflito e discriminação, principalmente, no ambiente familiar e escolar, que se torna opressor e violento. Posteriormente, essas pessoas têm dificuldade em conseguir emprego, habitação e, dificilmente têm acesso à educação e serviços de saúde, pois, mesmo quando conseguem realizar as mudanças corporais desejadas, muitas vezes não conquistam a mudança do nome nos documentos.

Ao longo do livro, percebe-se que há um consenso entre a maioria dos autores no que tange à distinção entre transexual e travesti. A visão geral aqui apresentada é a de que a travesti é aquela que se apresenta com características físicas consideradas femininas, vive como mulher e faz modificações secundárias no corpo, porém, não deseja realizar a cirurgia de transgenitalização pois não sofre de disforia em relação à sua genitália. Ailton Santos, em seu capítulo, discorda dessas definições tão rígidas que afirmam que pessoas transexuais sentem aversão ao órgão sexual, admitindo que existem pessoas que podem até sentir prazer com eles, embora se envergonhem de confessar. Ele entende, tal qual Berenice Bento, que a transexualidade é uma experiência única, singular e, não há consenso sobre essas questões. Ele cita ainda a experiência de Bento que, em sua pesquisa, encontrou mulheres transexuais que não tinham desejo de modificar seus genitais e que, ainda assim, sentiam-se mulheres. De fato, é errôneo estabelecer limites tão bem definidos para experiências tão fluidas, particulares e diversas como a sexualidade e a identidade de gênero.

A definição predominante de travestilidade apresentada ao longo do livro, que é também a mais aceita no meio médico, como vimos, assegura que a maioria das travestis não demandam uma cirurgia de redesignação sexual. Sem tal demanda, essas pessoas não podem ter acesso aos tratamentos de saúde oferecidos pelo Estado, fazendo com que elas procurem maneiras alternativas de conseguir as modificações corporais almeçadas. Desta forma, passam a tomar hormônios por conta própria, geralmente indicados por uma amiga que também usa, como podemos ver nos relatos de travestis e transexuais entrevistadas por Luís Augusto Silva e Maycon Lopes no capítulo “Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero”. Essas mulheres contam um pouco de suas experiências de modificação corporal, ingerindo e injetando hormônios sem acompanhamento médico e, em doses bem maiores do que o recomendado, mesmo cientes do risco de desenvolver algum tipo de câncer.

Uma delas, apoiada pela família, realizou uma série de cirurgias estéticas para adequar seu corpo ao que é tido por feminino. Infelizmente, a maioria das transexuais e travestis não podem arcar com essas despesas e optam por fazer a aplicação de silicone industrial, geralmente por uma colega, em condições inadequadas de higiene e correndo sérios riscos de saúde. É pensando nessas mulheres que Adriana Prates sugere a utilização da Redução de Danos (RD) para lidar com os riscos proporcionados por tais práticas. Essa é uma estratégia pragmática e humanista, pois é mais realista em oferecer conscientização sobre os riscos do uso da substância e novas maneiras de administrá-los, sem ser necessária, obrigatoriamente, a redução do consumo; além disso, nessa estratégia, o usuário é tratado como um cidadão e um sujeito de direitos.

Outro conceito chave nessa obra é o de intersexualidade que, de acordo com Maria Thereza Coelho, Liliana Lopes e Shirley Lima, em um capítulo posterior, se aproxima bastante do conceito de transexualidade, numa discussão que vai além de dimensões médicas e biológicas, incluindo também a socialização. As autoras afirmam que os gêneros são concebidos dentro de um sistema binário, no qual

supõe-se que cada gênero tem características particulares que precisam ser comuns a todos os que a ele pertencem. O que desvia desses padrões é considerado como anormal ou patológico. Dessa forma, o normal, baseado em características biológicas e binárias, seria a correspondência do corpo masculino com o pênis e do feminino com a vagina. Porém, existem pessoas que nascem com uma ambiguidade genital – os intersexuais –, não podendo ser identificados nem com um nem com outro sexo biológico. Assim sendo, a família, junto com a equipe médica, decide a qual “sexo biológico” a pessoa pertencerá, negando-lhe qualquer direito de escolha.

Posteriormente, se essa escolha arbitrária – anterior ao desenvolvimento de uma percepção de si – revela-se equivocada, tem-se uma discrepância entre as características do sexo biológico e o gênero a que o indivíduo se sente pertencente, gerando uma situação semelhante à transexualidade, em que há um desconforto e um sentimento de não pertencimento ao sexo assinalado ao nascer. Para a medicina, a diferença entre intersexualidade e transexualidade está no corpo. No primeiro caso, o corpo apresenta uma forma que foge à normalidade, divergindo do que era biologicamente esperado; já no segundo, o corpo é considerado fisicamente perfeito, apresentando a morfologia de apenas um sexo, e o problema, desta forma, é classificado como um transtorno mental.

O livro traz também artigos de pesquisadores de renome quando se trata de temáticas trans\* e *queer*, como Berenice Bento e Leandro Colling. Em seu texto, Bento relata sua experiência na Espanha, na ocasião da sua pesquisa de Doutorado em coletivos transexuais de Madri, Barcelona e Valência. Durante esse período estava em tramitação a “Lei de identidade de gênero” espanhola, que depois de ajustes propostos por coletivos transexuais, foi aprovada em 2007 e, serviu de exemplo para ativistas transexuais em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. A aprovação dessa lei na Espanha só foi possível graças à participação e intensa pressão de grupos ativistas transexuais. Em 2006, a proposta de lei ainda não havia sido pautada para votação, por isso, vários ativistas anunciaram uma greve de fome. Logo, diversas autoridades

intercederam pelas transexuais e agilizaram a reforma da lei que permitiria às pessoas transexuais modificarem seu nome e gênero no registro. Assim, menos de um ano depois, a lei de identidade de gênero, em 03 de março de 2007, foi aprovada.

Bento chama a atenção para o fato de que na lei espanhola, está presente o argumento da dignidade da pessoa, apesar de ainda ser necessário um diagnóstico, ou seja, a lei enfatiza a dimensão dos Direitos Humanos e do reconhecimento da identidade de gênero, embora, ao mesmo tempo, utilize argumentos que se baseiam na patologização das identidades trans. A autora compara essa lei com a existente na Argentina, que é considerada a mais avançada do mundo, em que se reconhece a identidade de gênero sem nenhuma alusão a uma condição de transtorno ou doença. No Brasil, não existe lei que assegure os direitos mais fundamentais às pessoas trans e, apesar de haver dois projetos tramitando no congresso, ambos partem de um ponto de vista patologizante. Os dois projetos dispõem acerca de mudanças do nome e do sexo nos documentos, sem necessidade da realização da cirurgia, mas condicionadas a um laudo emitido por um médico, psiquiatra ou psicólogo. Além disso, a pessoa trans teria que entrar com um processo judicial e depender da aprovação de um juiz, enquanto na Espanha, a lei proporciona essas mudanças como um ato administrativo. A lei garante que as pessoas trans possam mudar seus documentos, mas não proporciona um cuidado e atenção completa a essa parcela da população, por isso, alguns coletivos resolveram propor uma lei para garantir o cuidado integral às pessoas transexuais.

No Brasil, segundo Berenice Bento, o mais próximo que temos de uma lei de identidade de gênero é a utilização do nome social, em que universidades, escolas, ministérios e outras instituições públicas aprovam um regulamento para garantir que a pessoa transexual seja tratada pelo seu “nome social”. Uma forma de garantir uma cidadania incompleta, que não altera substancialmente a vida dessas pessoas.

A coletânea se encerra com “Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia”, texto no qual Leandro Colling, em parceria com Tiago Sant’Ana, procura

fazer uma análise das representações das transexualidades na mídia brasileira, com base nos estudos *queer* e chama a atenção para a importância da despatologização da transexualidade.

Com a intenção de contextualizar a representação da transexualidade na mídia, os autores nos fornecem, primeiramente, um histórico de como surgiu a identidade que hoje conhecemos como transexual, contribuindo com a discussão presente ao longo de todo o livro de que não há um transexual “de verdade”, com características definidas e estanques, mas identidades sexuais e de gênero fluidas e variáveis. Colling e Sant’Ana explicam, ainda, de maneira breve, alguns pontos sobre o surgimento dos estudos *queer*, que são fruto de uma relação entre o ativismo político e a academia, denominados pela primeira vez de teoria *queer*, em 1990, por Teresa de Lauretis. Tais estudos trazem reflexões importantes sobre a transexualidade e proporcionam um embasamento teórico para o debate da despatologização dessas identidades.

Os autores introduzem ainda algumas das ideias de Judith Butler, como, por exemplo, a perspectiva de que o sexo não é determinante do gênero e da sexualidade do indivíduo; o fato de alguém ter nascido com um pênis não quer dizer, necessariamente, que essa pessoa se identificará com o gênero masculino, que se interessará sexual ou afetivamente por mulheres. Há uma norma que tenta formar corpos inteligíveis, ou seja, com uma coerência normativa entre sexo, gênero e desejo. Quanto mais um indivíduo transgride as normas sexuais estabelecidas, mais ele sofre violências e regulações.

Butler defende, também, que não existem apenas dois gêneros (masculino e feminino), pois um exerce influência sobre o outro, dessa forma, todo homem possui uma característica considerada feminina, em maior ou menor grau, e vice-versa. Existem, ainda, pessoas que transitam entre os gêneros, como travestis e transexuais. Como defendido por Beatriz Preciado,

não podemos falar de um gênero puro, apenas em “tecnologias de gênero”, gêneros construídos e que podem ser reproduzidos por outros corpos, transgressores ou não.

Mais adiante, Colling e Sant’Ana expõem os resultados de uma pesquisa dos estudos sobre “mídia, sexualidades e gêneros não normativos”, realizada pelo grupo CUS (Cultura e Sexualidade), da UFBA, na qual o objetivo foi verificar a importância desses estudos no campo da comunicação entre as pesquisas sobre diversidade sexual na atualidade. As pesquisas encontradas analisavam apenas as publicações referentes a gays e lésbicas, deixando de fora as pessoas trans, na maioria das vezes. Apesar disso, existem pesquisas sobre as pessoas trans na mídia, embora em pequena quantidade.

Os autores descrevem, ainda, alguns trabalhos que analisam a participação de pessoas *trans* na mídia, notando que essa aparição é sempre secundária ou mal representada, como o caso da modelo transexual Ariadna, que participou de uma das edições do *reality show* Big Brother Brasil, da TV Globo; ou ainda reportagens jornalísticas sobre pessoas transexuais que geralmente trazem um tom cômico ou patologizante. A exceção é uma série da TV Globo, na qual uma personagem transexual e a própria transexualidade é colocada como protagonista, havendo uma preocupação em explicar, para o público, a diferença entre gay e transexual, além de incluir no debate, cenas de violência transfóbica.

O livro, como um todo, é uma ótima forma de iniciar os estudos sobre transexualidades, visto que possui uma linguagem acessível e apresenta conceitos fundamentais para entender os estudos sobre transexualidades, transgeneridades e travestilidades, além de trazer textos e referências de grande auxílio para quem pretende estudar gêneros e sexualidades não normativas.